

**PROAD nº 18.759/2021**

**Relatório de Auditoria nº 6/2021**

**Unidade Responsável: Secretaria de Auditoria Interna - SAUDI**

## Por que a auditoria foi realizada?

A Ação Coordenada de Auditoria foi conduzida pela Secretaria de Auditoria do CNJ para avaliar a acessibilidade digital no Poder Judiciário, a fim de contribuir com políticas, planos e metas no sentido de fomentar o incremento de ações nos diversos tribunais do Brasil, com vistas a aprimorar as já existentes e adotar outras complementares.

## O que a SAUDI avaliou?

A SAUDI realizou auditoria com o objetivo de avaliar a acessibilidade digital no âmbito do TRT 24ª Região.

A auditoria foi realizada no período de 19/07/2021 a 23/09/2021.

## O que a SAUDI encontrou?

O TRT 24ª Região está avançando em ações para proporcionar acessibilidade digital aos servidores e usuários desta justiça especializada.

A Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão - CPAI tem atuado para a melhoria da acessibilidade, com ações de sensibilização e adequação das publicações.

Apesar disso, verificou-se com essa auditoria que aproximadamente 63% (sessenta e três por cento) da amostra examinada não atendiam as recomendações do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG), norteador no desenvolvimento e adaptação de conteúdos digitais para garantir o acesso a todos, utilizado como critério de conformidade nesta auditoria.

Constatou-se, também, a abordagem genérica da acessibilidade no Plano Estratégico do Tribunal, tendo em vista que não foram previstas ações para a execução da estratégia, avaliação de seu cumprimento e nem houve o estabelecimento de metas para a promoção da acessibilidade digital.

## Quais as principais deliberações?

Foram propostas recomendações para correção das não conformidades com as normas sobre a matéria e para o aprimoramento dos controles internos inerentes às publicações no portal de internet do Tribunal, tais como: vídeos com intérprete de libras, legendas e audiodescrição; padronização na publicação de textos e imagens atentando para o contraste de cores, fonte e descrição. Também foram propostas recomendações para intensificação de ações voltadas ao acolhimento e acompanhamento das pessoas com deficiência.

## Quais os benefícios esperados?

Com a implementação das deliberações haverá melhora na qualidade da comunicação entre o TRT 24ª Região e a sociedade, facilitando o acesso das pessoas com deficiências aos serviços ofertados pelo Tribunal. Outro benefício esperado é o fortalecimento da cultura organizacional com as questões de acessibilidade de forma a ser reconhecida como uma instituição que impulsiona a inclusão social.

